



ISSN: 2310-0036

Vol. 2 | Nº. 17 | Ano 2026

Hélio Andicene

Universidade Católica de
Moçambique

handicene@ucm.ac.mz

Salvador Forquilha

salvador.cadete@gmail.com

Noivado António Beula

Universidade Católica de
Moçambique

nbeula@ucm.ac.mz



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

Percepções comunitárias sobre receitas de recursos naturais e resiliência climática em tete (2026)

Community perceptions of natural resource revenues and climate resilience in tete (2026)

RESUMO

A exploração dos recursos naturais constitui uma importante fonte de receitas e oportunidades de desenvolvimento local na Província de Tete. Contudo, a existência dessas receitas nem sempre se traduz em benefícios concretos para as comunidades, particularmente perante os impactos das mudanças climáticas. Neste contexto, o estudo procura compreender como as comunidades percebem a gestão e aplicação das receitas provenientes dos recursos naturais e a sua contribuição para a resiliência climática. O objectivo geral foi analisar as percepções comunitárias sobre as receitas dos recursos naturais e a resiliência climática em Tete, em 2026. Adoptou-se uma abordagem qualitativa, de carácter descritivo, com recurso a entrevistas realizadas a 100 participantes, entre líderes comunitários, chefes de agregados familiares, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência, na Cidade de Tete e nos distritos de Marara, Changara, Cahora Bassa, Chifunde, Chiúta, Angónia, Moatize e Tsangano. Os resultados indicam que as comunidades reconhecem a importância económica dos recursos naturais e o seu potencial para promover o desenvolvimento local, mas percebem limitações na transparência, participação comunitária e aplicação das receitas. Os participantes consideram que essas receitas poderiam contribuir para enfrentar secas, cheias, inundações e erosão, mediante investimentos em água, agricultura, infra-estruturas, conservação ambiental e adaptação climática. Contudo, essa contribuição é considerada limitada. Conclui-se que o reforço da participação comunitária, da transparência e da orientação dos investimentos para as necessidades locais poderá contribuir para melhorar as condições de vida e fortalecer a resiliência climática das comunidades.

Palavras-chave: Recursos naturais; receitas; percepções comunitárias; resiliência climática.

Abstract

The exploitation of natural resources constitutes an important source of revenue and opportunities for local development in Tete Province. However, the existence of such revenues does not always translate into tangible benefits for communities, particularly in the face of climate change impacts. In this context, the study seeks to understand how communities perceive the management and use of revenues generated from natural resources and their contribution to climate resilience. The main objective was to analyse community perceptions of natural resource revenues and climate resilience in Tete in 2026. A qualitative, descriptive approach was adopted, using interviews with 100 participants, including community leaders, household heads, young people, adults, older people, and persons with disabilities, in Tete City and the districts of Marara, Changara, Cahora Bassa, Chifunde, Chiúta, Angónia, Moatize, and Tsangano. The results indicate that

communities recognise the economic importance of natural resources and their potential to promote local development, but perceive limitations in transparency, community participation, and the allocation of revenues. Participants consider that these revenues could contribute to addressing droughts, floods, inundation, and erosion through investments in water supply, agriculture, infrastructure, environmental conservation, and climate adaptation. However, this contribution is perceived as limited. The study concludes that strengthening community participation and transparency, as well as directing investments towards local needs, could contribute to improving living conditions and strengthening the climate resilience of communities.

Keywords: Natural resources; revenues; community perceptions; climate resilience.

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa as percepções comunitárias sobre a gestão e aplicação das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais e a sua contribuição percebida para a resiliência climática na Província de Tete, em 2026. A pesquisa abrange a Cidade de Tete e os distritos de Marara, Changara, Cahora Bassa, Chifunde, Chiúta, Angónia, Moatize e Tsangano, envolvendo participantes com idade igual ou superior a 18 anos, entre líderes comunitários, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência.

Tematicamente, o estudo centra-se nas percepções das comunidades sobre a participação, a transparência, a gestão e a aplicação das receitas provenientes dos recursos naturais, bem como sobre a sua contribuição para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas, particularmente secas, cheias e inundações. A pesquisa está circunscrita ao ano de 2026 e não pretendeu quantificar ou auditar os valores arrecadados, mas compreender como as comunidades avaliam a gestão dessas receitas e os benefícios que percebem para a melhoria das condições de vida e o fortalecimento da resiliência climática.

Este artigo resulta da participação num estudo-piloto sobre a criação de Assembleias Cidadãs, baseado num novo modelo de governação assente na opinião pública, desenvolvido pelo Projecto MASC – Mecanismos de Apoio à Sociedade Civil. O estudo abrangeu nove locais da Província de Tete anteriormente mencionados, que apresentam, entre outras características, a exploração formal e informal de determinados recursos naturais, sobretudo minerais e florestais.

A pesquisa justifica-se pela importância económica, social e ambiental dos recursos naturais na Província de Tete e pelos desafios enfrentados pelas comunidades perante as mudanças climáticas. Embora a exploração desses recursos possa gerar receitas e oportunidades de desenvolvimento local, torna-se importante compreender como as comunidades percebem a sua gestão, transparência, aplicação e benefícios.

O estudo é relevante por analisar a participação comunitária e as percepções sobre a contribuição das receitas provenientes dos recursos naturais para enfrentar problemas como secas, cheias, inundações e erosão. Do ponto de vista académico, contribui para a discussão sobre a governação dos recursos naturais, o desenvolvimento local e a resiliência climática em Moçambique. Do ponto de vista social e institucional, os resultados poderão apoiar a melhoria da participação, da transparência e da definição de prioridades na aplicação dos benefícios associados aos recursos naturais, colocando as percepções das comunidades no centro da análise.

Teoricamente, as receitas provenientes da exploração dos recursos naturais deveriam contribuir para o desenvolvimento local, através do financiamento de infra-estruturas, serviços sociais e iniciativas de adaptação às mudanças climáticas. Contudo, estudos empíricos

realizados em Moçambique evidenciam desafios na transformação dessas receitas em benefícios concretos para as comunidades.

Em Tete, por exemplo, Cassicai, Cambrão e Ulaia (2025) identificaram desafios relacionados com a transparência, a participação comunitária e a gestão dos 2,75% das receitas mineiras destinados às comunidades de Moatize e Marara. De igual modo, Osório e Cruz e Silva (2017) e Chapare, Lummertz e Fischer (2020) documentaram impactos socioeconómicos e ambientais associados à exploração mineira nas comunidades de Moatize. No distrito de Marara, por exemplo, evidências apresentadas pela Ordem dos Advogados de Moçambique indicaram dificuldades na demonstração da aplicação dos 2,75% das receitas mineiras e na materialização dos benefícios esperados para as comunidades.

Estas evidências sugerem que a existência de receitas provenientes da exploração dos recursos naturais não garante, por si só, a melhoria das condições de vida das populações locais. Entretanto, permanece pouco explorada a forma como as próprias comunidades percebem a gestão e aplicação dessas receitas e, particularmente, em que medida os investimentos realizados são considerados relevantes para reduzir a vulnerabilidade e fortalecer a capacidade de adaptação aos impactos das mudanças climáticas. É neste contexto que se coloca o problema central desta pesquisa: Como as comunidades dos distritos abrangidos pelo estudo na Província de Tete percebem a gestão e aplicação das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais e a sua contribuição para a resiliência climática em 2026?

O estudo tem como objectivo geral analisar as percepções comunitárias sobre as receitas provenientes dos recursos naturais e a resiliência climática em Tete (2026), e como objectivos específicos: caracterizar as formas de exploração dos recursos naturais e os desafios relacionados com a resiliência climática nos distritos abrangidos pelo estudo; descrever as percepções sobre o contributo das receitas provenientes dos recursos naturais e os desafios associados às mudanças climáticas; e analisar as percepções sobre a aplicação das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais na promoção da resiliência climática das comunidades.

No trabalho de campo, registaram-se dificuldades de acesso a algumas comunidades devido à distância, às condições das vias de acesso e à disponibilidade dos participantes, factores que condicionaram o tempo destinado à recolha de informações. Verificou-se, igualmente, alguma hesitação por parte de alguns participantes em abordar questões relacionadas com a gestão e aplicação das receitas provenientes dos recursos naturais.

No que respeita à produção científica e à literatura disponível, verificou-se uma limitada existência de estudos específicos que relacionem directamente as percepções comunitárias, as receitas dos recursos naturais e a resiliência climática no contexto da Província de Tete. Esta limitação dificultou a comparação dos resultados com pesquisas anteriores e exigiu o recurso a estudos sobre recursos naturais, governação, participação comunitária e mudanças climáticas realizados noutros contextos de Moçambique.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Exploração dos recursos naturais e resiliência climática

A economia moçambicana tem estado, desde há muito, associada à exploração dos recursos naturais. Durante o período colonial português, Moçambique foi utilizado como território de extracção de matérias-primas destinadas a satisfazer os interesses económicos da metrópole portuguesa (Matos & Medeiros, 2012). Neste contexto, a organização económica colonial privilegiava a exportação de recursos naturais, sem promover uma industrialização local capaz de produzir melhorias significativas nas condições de vida das populações moçambicanas. Como resultado, consolidou-se uma economia de carácter extractivista e dependente de recursos primários, cujos efeitos continuam a influenciar o modelo económico actual do país.

O contexto actual exige cada vez mais do universo académico posicionamentos consistentes perante os desafios relacionados com a utilização dos recursos naturais. O modelo de desenvolvimento económico consolidado desde a Revolução Industrial tem provocado diversos impactos ambientais. Neste processo, os recursos naturais foram frequentemente utilizados de forma desordenada e predatória, sem considerar adequadamente os limites de exploração dos ecossistemas (Lira & Cândido, 2013).

Perante a possibilidade de escassez dos recursos naturais e a redução gradual da qualidade de vida, a perspectiva da sustentabilidade tem-se fortalecido e novos modelos de desenvolvimento têm sido propostos, com o objectivo de garantir a manutenção da qualidade ambiental e permitir que as futuras gerações continuem a usufruir dos recursos actualmente disponíveis. Segundo Cuambe e Filho (2017), o desenvolvimento económico, amplamente procurado pelo ser humano, tem constituído uma das principais motivações para a exploração intensiva dos recursos naturais, o que, não raras vezes, resulta em consequências ambientais negativas.

Entre as diversas legislações criadas e revistas em Moçambique, a Lei do Ambiente estabelece a importância da participação das comunidades locais na gestão dos recursos naturais, valorizando os conhecimentos tradicionais e as práticas comunitárias como instrumentos relevantes para a conservação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável (República de Moçambique, 1997). Esta perspectiva relaciona-se directamente com a exploração dos recursos naturais e com a necessidade de garantir que as receitas provenientes dessa exploração contribuam para o bem-estar das comunidades locais, sobretudo no fortalecimento da resiliência climática.

Neste contexto, a exploração dos recursos naturais em Moçambique não deve restringir-se à geração de receitas económicas para o Estado, devendo também contribuir para a redução das vulnerabilidades ambientais e sociais das comunidades locais. Assim, a participação comunitária na gestão dos recursos naturais e a valorização dos conhecimentos tradicionais podem favorecer uma aplicação mais sustentável das receitas, direccionando-as para acções de adaptação às mudanças climáticas, conservação ambiental e fortalecimento da resiliência das comunidades.

De forma geral, os estudos sobre a exploração dos recursos naturais em Moçambique evidenciam desafios relacionados com a governação, a transparência, a participação das comunidades e a fiscalização ambiental. Estudos sobre grandes projectos de mineração mostram igualmente a ocorrência de conflitos socioambientais e fragilidades na fiscalização estatal (Eusébio, 2022). Mais recentemente, o diagnóstico do Banco Africano de Desenvolvimento aponta que fragilidades institucionais e de governação têm limitado a capacidade de Moçambique transformar a riqueza proveniente dos recursos naturais em desenvolvimento inclusivo e melhoria das condições de vida (African Development Bank, 2025). Dados do Afrobarometer reforçam esta percepção, mostrando níveis elevados de insatisfação dos cidadãos relativamente à gestão dos recursos naturais, à participação das comunidades e ao acesso à informação sobre a utilização das receitas (Afrobarometer, 2026).

Desafios das mudanças climáticas

Nos últimos anos, sobretudo nas zonas rurais da Província de Tete, têm-se registado impactos crescentes das mudanças climáticas, tais como secas prolongadas, cheias, inundações e variabilidade climática. Estes fenómenos afectam directamente os meios de subsistência das populações, baseados sobretudo na agricultura de sequeiro e na utilização dos recursos naturais.

Neste contexto, o conceito de resiliência climática ganha relevância, referindo-se à “capacidade de recuperar-se de adversidades, força, resistência, superação diante as mudanças climáticas” (Bichê, Langa & Titosse, 2025, p. 164).

Perante este cenário, surge a necessidade de compreender como as comunidades percebem a utilização das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais, particularmente no que respeita ao seu potencial para fortalecer a resiliência climática nas comunidades da Província de Tete.

Segundo Mourana e Serra (2010), os desafios das mudanças climáticas em Moçambique exigem responsabilidades partilhadas entre todos os países, embora os países desenvolvidos devam assumir maior compromisso, por serem os principais responsáveis pelas emissões de gases com efeito de estufa e por diversos impactos ambientais globais. Contudo, os países detentores de florestas, como Moçambique, possuem igualmente um papel estratégico na adaptação e mitigação das mudanças climáticas, devido à importância ambiental das florestas.

Os mesmos autores ressaltam ainda que a protecção dos recursos naturais constitui um dos grandes desafios actuais, tendo em conta a sua contribuição para o equilíbrio climático, a conservação ambiental e a melhoria do bem-estar das populações. Assim, torna-se necessário adoptar medidas concretas de preservação e gestão sustentável dos recursos naturais, considerando que os efeitos das mudanças climáticas possuem uma dimensão global e afectam todas as nações.

Desta forma, Moçambique não pode permanecer indiferente às transformações climáticas que ocorrem no planeta, devendo fortalecer as políticas ambientais e as estratégias de conservação que contribuam para a sustentabilidade e a resiliência climática.

Neste contexto, a resiliência climática surge como um elemento fundamental para fortalecer a capacidade das comunidades enfrentarem e superarem os efeitos adversos das mudanças climáticas. A utilização sustentável das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais pode constituir uma oportunidade para promover estratégias de adaptação, conservação ambiental e melhoria das condições de vida das populações locais.

METODOLOGIA

O estudo adoptou uma abordagem qualitativa, com carácter descritivo, por se considerar adequada à análise das percepções comunitárias sobre as receitas provenientes dos recursos naturais e a resiliência climática em Tete. Na perspectiva de Prodanov e Freitas (2013), a abordagem qualitativa tem o ambiente como fonte directa dos dados, mantendo o investigador contacto com o contexto em estudo através da realização de entrevistas e outras técnicas de recolha de informação. Neste tipo de pesquisa, o processo e o significado atribuído pelos participantes assumem particular importância, sendo os dados analisados de forma predominantemente indutiva.

A opção pela pesquisa descritiva deve-se ao facto de o estudo procurar descrever as percepções comunitárias sobre as receitas provenientes dos recursos naturais e a resiliência climática em Tete. Para Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como objectivo descrever as características de determinada população ou fenómeno, bem como estabelecer relações entre variáveis. Uma das suas características consiste na utilização de técnicas padronizadas de recolha de dados.

Para a realização do estudo, foram entrevistados 100 participantes, distribuídos pelos nove locais abrangidos pela pesquisa. A selecção contemplou diferentes segmentos sociais, nomeadamente 15 líderes comunitários, 25 chefes de agregados familiares, 20 jovens, 20 adultos, 10 idosos e 10 pessoas com deficiência. Esta distribuição teve como finalidade assegurar a inclusão de diferentes perspectivas comunitárias e permitir uma compreensão mais abrangente das percepções sobre a gestão das receitas provenientes dos recursos naturais e a sua contribuição para a resiliência climática.

A participação de diferentes grupos sociais permitiu, igualmente, considerar experiências e percepções distintas relacionadas com os desafios ambientais, sociais e climáticos enfrentados pelas comunidades.

Para garantir a inclusão de diferentes segmentos da população, foram também considerados idosos e pessoas com deficiência. A selecção dos participantes elegíveis dentro dos agregados familiares recorreu a um procedimento de selecção aleatória, com auxílio da Grelha de Kish. Este procedimento permitiu seleccionar o respondente de forma mais objectiva e transparente, reduzindo a possibilidade de escolha baseada nas preferências do investigador.

A grelha utilizada encontra-se apresentada em anexo, permitindo visualizar o procedimento adoptado para a selecção dos participantes.

Koch (2018) apresenta uma revisão dos métodos de selecção de respondentes dentro dos agregados familiares, incluindo métodos probabilísticos como a Grelha de Kish. O autor destaca a importância da selecção adequada do respondente em inquéritos presenciais, de modo a assegurar que um membro elegível do agregado seja seleccionado de forma objectiva (vide Anexo 02).

Localização geográfica da área de estudo

O estudo foi realizado na Cidade de Tete e nos distritos de Marara, Changara, Cahora Bassa, Chifunde, Chiúta, Angónia, Moatize e Tsangano. A selecção destes locais baseou-se na sua relação com a exploração, utilização ou gestão de recursos naturais, bem como na exposição das comunidades a diferentes desafios socioambientais e climáticos.

Nos locais seleccionados destacam-se recursos minerais, florestais e hídricos. Moatize apresenta particular relevância pela exploração de carvão mineral, enquanto Cahora Bassa se destaca pelo aproveitamento dos recursos hídricos para a produção de energia. Outros distritos dependem sobretudo dos recursos naturais e das actividades agropecuárias para a subsistência das populações. A Cidade de Tete foi incluída pelo seu papel administrativo, económico e institucional na gestão e discussão das questões relacionadas com os recursos naturais e o desenvolvimento local.

Apesar das diferenças existentes entre os locais, as comunidades enfrentam, em diferentes níveis, desafios como secas, cheias, inundações, erosão e variabilidade das chuvas, factores relevantes para a análise das suas percepções sobre as receitas dos recursos naturais e a resiliência climática (INE, 2019).

O relevo da região combina planícies aluviais e planaltos, com solos geralmente arenosos e argilosos, além de áreas férteis junto aos rios. Em termos de recursos naturais, destacam-se os minerais, como o carvão em Moatize, o potencial hidroeléctrico da Barragem de Cahora Bassa e os recursos florestais. Em comum, os distritos abrangidos enfrentam desafios relacionados com o desmatamento, a erosão e a vulnerabilidade climática, mantendo as comunidades uma forte dependência dos recursos naturais (INE, 2019).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Percepções comunitárias sobre a exploração dos recursos naturais e a geração de receitas

A análise das percepções dos participantes nos nove locais abrangidos pelo estudo na Cidade de Tete e distritos de Marara, Changara, Cahora Bassa, Chifunde, Chiúta, Angónia, Moatize e Tsangano, permitiu identificar diferentes formas de relação das comunidades com os recursos naturais existentes nos seus territórios. Embora estes locais apresentem características económicas, sociais e ambientais distintas, os recursos naturais constituem, de diferentes

formas, uma componente importante das actividades económicas e dos meios de subsistência das populações.

Nos locais abrangidos, os participantes reconheceram a existência e a importância económica de diferentes recursos naturais, com destaque para os recursos minerais, florestais e hídricos. Moatize apresenta particular relevância pela exploração de carvão mineral, enquanto Cahora Bassa se destaca pelo aproveitamento dos recursos hídricos para a produção de energia.

Noutros locais, como Chifunde, Chiúta, Angónia e Tsangano, a relação das comunidades com os recursos naturais está também associada às actividades agropecuárias, florestais e a outras formas de utilização dos recursos disponíveis, incluindo a mineração artesanal. A Cidade de Tete, por sua vez, assume importância administrativa, económica e institucional na discussão e gestão das questões relacionadas com os recursos naturais e o desenvolvimento local.

De modo geral, os participantes reconhecem que a exploração dos recursos naturais possui potencial para gerar receitas e criar oportunidades de desenvolvimento para as comunidades. Contudo, as percepções recolhidas indicam preocupação quanto à correspondência entre a exploração dos recursos naturais, a geração de receitas e os benefícios que chegam efectivamente às populações. Para os participantes, a existência de actividades de exploração não se traduz necessariamente em melhorias visíveis e proporcionais nas condições de vida das comunidades.

As percepções apresentadas pelos participantes apontam igualmente para a necessidade de maior participação das comunidades nos processos relacionados com a exploração dos recursos naturais e na definição das prioridades para a utilização dos benefícios resultantes dessa exploração. Esta participação é considerada importante para que as receitas e os investimentos associados aos recursos naturais respondam às necessidades concretas das populações, sobretudo nas áreas de abastecimento de água, estradas, educação, saúde, agricultura, conservação ambiental e outras infra-estruturas comunitárias.

Verificou-se ainda que as percepções dos participantes variam de acordo com o contexto de cada local, tendo em conta as diferenças existentes na disponibilidade de recursos, nas actividades económicas e nos níveis de exposição aos problemas ambientais e climáticos. Assim, embora exista uma percepção geral sobre a importância económica dos recursos naturais, os benefícios percebidos pelas comunidades não são necessariamente iguais em todos os locais abrangidos pelo estudo.

Os resultados convergem com Lira e Cândido (2013) e Cuambe e Filho (2017), ao demonstrarem que a exploração dos recursos naturais continua frequentemente associada a interesses económicos, enquanto persistem desafios ambientais e sociais nas comunidades afectadas. Do mesmo modo, as constatações do estudo aproximam-se da perspectiva defendida pela Lei do Ambiente (República de Moçambique, 1997), que destaca a necessidade de participação comunitária e utilização sustentável dos recursos naturais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Além disso, os depoimentos dos participantes reforçam as ideias de Mourana e Serra (2010), ao revelarem a importância de direccionar as receitas provenientes da exploração dos recursos naturais para acções concretas de adaptação às mudanças climáticas, conservação ambiental e fortalecimento da resiliência climática. Assim, os resultados demonstram que a limitada aplicação visível dessas receitas nas comunidades constitui um desafio para a promoção da sustentabilidade ambiental e para a melhoria das condições de vida das populações locais.

Contribuição das receitas dos recursos naturais para a resiliência climática em Tete

Os resultados do estudo realizado nos nove locais abrangidos, Cidade de Tete, Marara, Changara, Cahora Bassa, Chifunde, Chiúta, Angónia, Moatize e Tsangano, revelam que os participantes reconhecem a importância das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais para o desenvolvimento local e para o fortalecimento da capacidade das comunidades enfrentarem os efeitos das mudanças climáticas. Contudo, segundo as percepções dos participantes, a contribuição dessas receitas para a resiliência climática ainda é considerada limitada.

Os participantes associaram a resiliência climática à capacidade das comunidades responderem a fenómenos como secas, cheias, inundações e outros eventos climáticos extremos. Na sua perspectiva, as receitas provenientes dos recursos naturais poderiam contribuir para responder a esses desafios através do investimento em fontes de água, sistemas de irrigação, infra-estruturas resilientes, conservação ambiental, sistemas de alerta e outras medidas de adaptação.

Entretanto, os depoimentos recolhidos indicam que os benefícios percebidos pelas comunidades nem sempre correspondem às necessidades relacionadas com os impactos climáticos. Alguns participantes manifestaram a percepção de que os investimentos associados às receitas dos recursos naturais são insuficientes para responder às vulnerabilidades existentes, particularmente nas comunidades que dependem da agricultura e de outros recursos naturais para a sua subsistência.

Esta percepção varia entre os locais abrangidos pelo estudo, em função das características económicas, ambientais e sociais de cada comunidade. Nos contextos em que a população depende fortemente da agricultura e dos recursos naturais, os efeitos das secas, da irregularidade das chuvas, das cheias e da erosão são percebidos como factores que aumentam a vulnerabilidade das famílias.

Nessas circunstâncias, os participantes consideram importante que os benefícios provenientes dos recursos naturais sejam orientados para medidas que reforcem a capacidade local de prevenção, adaptação e resposta aos eventos climáticos.

Os resultados aproximam-se da perspectiva de Bichê, Langa e Titosse (2025), segundo a qual a resiliência climática está relacionada com a capacidade das comunidades enfrentarem e superarem situações adversas provocadas pelas mudanças climáticas. Do mesmo modo, Mourana e Serra (2010) destacam a importância da gestão sustentável dos recursos naturais e

da adopção de medidas de conservação e adaptação para a redução das vulnerabilidades ambientais.

Assim, com base nas percepções dos participantes, verifica-se que as receitas provenientes dos recursos naturais são reconhecidas como uma oportunidade para fortalecer a resiliência climática, mas a sua contribuição é percebida como ainda limitada. Os participantes defendem uma maior orientação dos benefícios para acções de adaptação climática, conservação ambiental e melhoria das condições de vida das comunidades.

Estes resultados sugerem a importância de fortalecer os mecanismos de participação, transparência e definição de prioridades na aplicação das receitas, de modo a aproximá-las das necessidades climáticas e sociais das populações locais.

CONCLUSÃO

O estudo analisou as percepções comunitárias sobre a gestão das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais e a sua contribuição para a resiliência climática na Cidade de Tete e nos distritos de Marara, Changara, Cahora Bassa, Chifunde, Chiúta, Angónia, Moatize e Tsangano.

Os resultados mostram que as comunidades reconhecem a importância dos recursos naturais como fonte de oportunidades económicas e de desenvolvimento local, destacando-se, entre outros, os recursos minerais, florestais e hídricos.

Relativamente à gestão das receitas, as percepções dos participantes apontam para a necessidade de maior participação comunitária, transparência e divulgação de informações sobre a sua aplicação. Os participantes consideram que uma maior participação das comunidades na definição das prioridades poderia contribuir para que os benefícios associados aos recursos naturais respondessem melhor às necessidades locais.

Quanto à resiliência climática, os participantes percebem que as receitas provenientes dos recursos naturais podem contribuir para enfrentar problemas associados às secas, cheias, inundações e outros impactos climáticos. Contudo, a sua contribuição é considerada limitada, sendo apontada a necessidade de maior atenção às acções de adaptação climática, conservação ambiental e melhoria das condições de vida das comunidades.

Deste modo, em resposta à questão de pesquisa, conclui-se que as comunidades abrangidas pelo estudo percebem as receitas dos recursos naturais como uma oportunidade para promover o desenvolvimento local e fortalecer a resiliência climática, mas consideram necessária uma gestão mais participativa, transparente e orientada para as necessidades das populações.

A pesquisa não permite determinar os valores efectivamente arrecadados nem estabelecer uma relação causal entre as receitas e a resiliência climática. Contudo, evidencia as percepções das comunidades sobre essa relação no contexto estudado.

SUGESTÕES

Com base nos resultados do estudo, sugere-se:

Reforçar a participação comunitária na definição das prioridades para a aplicação das receitas provenientes dos recursos naturais;

Promover maior transparência, através da divulgação regular de informações sobre as receitas recebidas, a sua aplicação e os projectos financiados;

Priorizar investimentos em resiliência climática, com enfoque no acesso à água, agricultura, conservação ambiental e prevenção dos impactos das secas e cheias;

Realizar estudos futuros que analisem os valores efectivamente arrecadados e aplicados e avaliem a sua relação com o desenvolvimento local e a resiliência climática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

African Development Bank. (2025). Mozambique – Natural Resources Country Analysis: GONAT Diagnostic Report. African Development Bank.

Afrobarometer. (2026). Mozambicans express discontent with government's handling of natural resources, latest Afrobarometer survey shows. Afrobarometer.

Bichê, D., Langa, F., & Titosse, F. (2025). A resiliência climática nas comunidades moçambicanas: O caso de Matola-Rio 2024. IV Congresso Internacional Ambiente e Sustentabilidade (IV CIAS 2025), 2. Universidade Pedagógica de Maputo.

Cassical, P. I. V. P., Cambrão, P. C. C., & Ulaia, R. D. (2025). Transparência e consulta comunitária na gestão dos 2,75% da receita mineira em Moatize e Marara: Desafios e perspectivas para a governação local. *Revista Contemporânea*, 5(10), e9259. <https://doi.org/10.56083/RCV5N10-023>

Chapare, T. F., Lummertz, T. B., & Fischer, M. L. (2020). Impactos ambientais, objectivos do desenvolvimento sustentável e bioética ambiental: A exploração do carvão mineral no distrito de Moatize, Moçambique. *Revista Iberoamericana de Bioética*, (14), 1–19. <https://doi.org/10.14422/rib.i14.y2020.005>

Cuambe, I. S. S., & Filho, M. V. (2017). A produção do território em áreas de mineração: Estudo de caso de Moatize-Moçambique. XVII ENANPUR, São Paulo.

Eusébio, A. J. (2022). Empresas, comunidades e conflitos: Grandes projectos de mineração e conflitos ambientais em Moçambique. *Novos Cadernos NAEA*, 25(2).

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social (6.ª ed.). Atlas.

Instituto Nacional de Estatística. (2019). Perfil ambiental e socioeconómico da Província de Tete. INE.

Koch, A. (2018). Within-household selection of respondents. In *Advances in comparative survey methods*. Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118884997.ch5>

Lira, W. S., & Cândido, G. A. (2013). Gestão sustentável dos recursos naturais: Uma abordagem participativa. EDUEPB.

Marshall, J. (2023). Vale in Mozambique: Creator and destroyer of jobs, livelihoods and communities. *The Extractive Industries and Society*, 13, 101190. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2022.101190>

Matos, E. A. C., & Medeiros, R. M. V. (2012). Exploração mineira em Moatize, no centro de Moçambique: Que futuro para as comunidades locais? XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Universidade Federal de Uberlândia.

Mourana, B., & Serra, C. M. (2010). 20 passos para a sustentabilidade florestal em Moçambique. Amigos da Floresta/Centro de Integridade Pública.

Osório, C., & Cruz e Silva, T. (2017). Corporações económicas e expropriação: Raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no distrito de Moatize. WLSA Moçambique.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico (2.ª ed.). Universidade Feevale.

República de Moçambique. (1997). Lei n.º 20/97, de 1 de Outubro: Lei do Ambiente. Boletim da República, I Série.